

ESTRATÉGIAS DE LEITURA E ESTUDO NO CURSO DE DIREITO

Judith Apda de Souza Bedé*

RESUMO: Abundam na mídia informações sobre o desempenho brasileiro nos testes internacionais de leitura, inferior ao de países com economia muito menos avançada. Também não faltam comentários sobre a proliferação de cursos de Direito com baixa qualidade. De um lado, professores do ensino fundamental e médio trabalham em péssimas condições, com remuneração, no mínimo, vexatória; de outro, professores do ensino superior estarrecidos com a “qualidade” do novo acadêmico. Em meio a tudo isso fica o alunado: “mal lê, mal fala, mal ouve e mal vê”. Nesta conjuntura sobressai a questão da leitura, que há muito tem preocupado os educadores e a sociedade em geral. É fato que os alunos pouco ou nada lêem durante todo o processo de escolarização, deficiência que persiste mesmo diante do prejuízo para sua formação profissional. Quando lêem, restringem-se a um baixo nível de compreensão das informações contidas em textos simples. Assim, o problema em torno do qual se firma esta pesquisa é o do resgate da leitura nos bancos universitários, a partir da vivência coletiva e da cosmovisão artística e interdisciplinar, visto que a leitura permite dialogar com diversas outras áreas do conhecimento, em suas várias interfaces. Para tanto, este projeto, posto em prática na disciplina de Comunicação e Investigação Científica, tem por escopo explorar questões relacionadas à leitura aliando-a à expressão oral, com vista à expansão e aprimoramento do conhecimento acadêmico. Pretende-se dinamizar o processo de leitura, com a conseqüente transformação do aluno em cidadão, em falante e em leitor da sua própria língua e da ciência jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Leitura; Oralidade; Clássicos jurídicos.

READING AND STUDYING STRATEGIES IN LAW SCHOOL

ABSTRACT: There are, inside the media, a lot of information about the Brazilian performance in international tests of reading, which is lower than countries with its economy less advanced comparing to Brazil. Also comments about the Law schools proliferation with low quality exist. On the one hand, teachers of the elementary and high school works in poor conditions with remuneration at least embarrassing; on the other hand, college teachers astounded with the “quality” of the new college student. Among all of this, there are the learners: barely read and speak; barely hear and see. In this context, the issue of the reading highlights, once it has been concerning the educators and the society in general for a long time. It is a fact that the students do not read or do it very bad during the whole learning process, a deficiency that persists even standing the damage for its own professional formation. When read, restrict itself to a low level of comprehension of the information founded in simple texts. Thus, the problem around this research is the recover of the reading at the university field, starting from living as a group and from the artistic and interdisciplinary cosmovision, once reading allows to dialogue with many other areas of knowledge in its various interfaces. This project, put into practice at the Communication and Scientific Investigation subject, aims at exploring questions related to the reading, working together with the oral expression, aiming the expansion and improvement of the student knowledge. It intends to improve the reading process with the consequent transformation of the student into a citizen, a speaker and into a reader of its own language and of the juridical science.

KEYWORDS: Law; Reading; Orality; Juridical classics.

INTRODUÇÃO

Já dizia Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros”. No entanto, deve-se destacar que, além dos livros, é preciso avaliar algumas concepções pelas quais se opta, como as de sociedade, de educação, de linguagem, de leitura e de literatura, além da formação do gosto. “E falar em for-

mação do gosto é retomar as relações entre leitura, literatura e escola do ponto de vista das possibilidades políticas do movimento no sentido de desestabilização da dicotomia entre *prazer* e *saber*” (MAGNANI, 1989, p. 27-29). Desta feita, pensar os problemas, estudar teorias e desenvolver estratégias para minimizar problemas com a leitura, a oralidade e a compreensão de textos do universo jurídico foi o objeto de trabalho desta pesquisa.

* Docente da disciplina de Comunicação e Investigação Científica no curso de Direito no Centro Universitário de Maringá – CESUMAR; Mestranda em Direito da Personalidade no Centro Universitário de Maringá – CESUMAR; Licenciada em Letras e em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: judithbede@cesumar.br

Buscou-se explorar o desenvolvimento de estratégias de leitura que levassem o acadêmico do primeiro ano de Direito a tomar contato com as leituras do universo jurídico e algumas boas obras da literatura nacional, aprimorando-lhe o gosto e incentivando a perspicácia e agudeza de sentidos, assim como a argumentação a partir de determinados pontos de vista. Boa literatura é como uma obra de arte: vem carregada de prazer estético, primordial à humanidade.

Toda área dispõe de mestres, pesquisadores, estudiosos que, através de seu trabalho, ofereceram valioso contributo às ciências às quais se filiaram; nos bancos universitários são eles chamados de clássicos. Entretanto, com o passar do tempo e as mudanças sociais e idiomáticas, o acesso àquele saber fica mais "difícil", falta intimidade com os termos técnicos, faltam pré-requisitos cognitivos, são escassas as habilidades de leitura e muito daquilo que é valioso, motivador e interessante, perde-se. Quando se trata de uma ciência milenar como o Direito, a compreensão do desenvolvimento histórico-social e da evolução do pensamento jurídico em muito pode contribuir para a formação do acadêmico. Não obstante, a leitura dos clássicos da área, da boa literatura, das matérias bem redigidas dos melhores jornais, habilita o aluno a conviver com o outro de modo mais abrangente, tomando-o homem mais completo, cidadão cômico de seus direitos e deveres, profissional apto a diligenciar em favor do direito de seu cliente ou a aplicar a melhor interpretação da lei ao caso concreto. Ler, para o acadêmico de Direito, é pressuposto fundamental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 LEITURA, LITERATURA E ARTE

No intuito de buscar soluções para o déficit de leitura demonstrado pelos alunos do curso de Direito, buscou-se a melhor teoria sobre os problemas da leitura na escola. O ponto de partida está no próprio homem. O ser humano, à semelhança das formigas, símios e cupins, vive em sociedade; no entanto, diferentemente dos animais, não apenas se movimenta em meio à natureza, mas age motivadamente, visando atingir um objetivo; transforma a natureza, a si mesmo e aos outros a partir de seus atos; como ser social, precisa conviver. Aliás, já dizia Aristóteles: "O homem só ou é um bruto ou é um deus". Ocorre que, desde a Revolução Industrial até nossos dias, houve um processo crescente de mecanização da vida, e a sociedade, dividida em classes, gera um homem insociável, ou seja, desligado do compromisso de conviver.

A grande expansão do mercado livreiro deixa entrever que o problema da leitura encontra ainda outro percalço: a massificação e a crise da boa leitura. Para Alfredo Bosi (1999, p. 108), o indivíduo foi massificado. A complexidade da leitura dá lugar ao folhetim de qualidade duvidosa e ao apelo aos sentidos, perdem-se valores e padrões estéticos. A leitura passou a ser mercadoria vendida no *shopping* neste século de extremos.

Diante deste estado de coisas, é preciso agir, buscar novos paradigmas, o que passa pela concepção de língua como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, cabendo à escola oportunizar o contato com textos literários que aprimorem o pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos; fomentando o espaço dialógico e polissêmico da Literatura.

Assim, o problema em torno do qual se firma esta pesquisa é o do resgate da leitura como forma de subsidiar o aluno no trato da vivência coletiva a partir da cosmovisão artística e interdisciplinar, visto que a Literatura dialoga, em suas variadas interfaces, com diversas outras áreas do conhecimento. Para tanto, haverá o estudo de questões relacionadas à leitura do texto literário, a partir do qual se pretende desenvolver práticas de estudo que conduzam à dinamização do processo de leitura com a consequente formação do aluno como leitor, sobretudo um leitor do universo jurídico, e também da arte da palavra: a Literatura.

O fracasso escolar, desde as séries iniciais, tem sido associado, de acordo com Magnani (1989, p. 10), à falta de leitura, e isso se agrava quando se fala de formação profissional, pois existe o pressuposto da leitura para aprimoramento, complementação e descoberta de conhecimentos através do ato de ler. À deficiência da leitura da palavra junta-se a falta de leitura de mundo, como diria Paulo Freire, e o resultado é um acadêmico que se ilude acerca do desenvolvimento de seus conhecimentos - além de um professor desestimulado, pois sente estar sempre voltando a etapas iniciais, dizendo o dito. A consequência disso é o fracasso do cidadão, uma vez que sua compreensão fica turvada, sua ação não tem objetivo, se é que se pode falar de ação. Forma-se um homem pela metade: aliado do poder da arte literária e da força dos argumentos e inconsciente da potência do discurso, vai sendo engolido por ele. Mostrar ao aluno que a leitura está ligada ao prazer estético e à arte de dizer, em muito contribui para que ele veja o mundo que o cerca. A esta idéia se filia Fischer (2002, p. 19):

O poder educacional e social das palavras e das imagens é pacificamente reconhecido. Uma obra de arte é encarada não como um acontecimento efêmero, mas como uma ação cujas consequências alcançam muito longe: nascida do real, ela reage sobre a realidade.

A leitura, assim, transmuta-se em meio de difusão da arte, da cultura, do saber acumulado. Alfredo Bosi (2002, p. 109) defende a idéia de que, em tempos de televisão e cinema muito evoluídos, a leitura, sobretudo dos textos clássicos, parece ter perdido o fascínio, sendo fulminada pela comodidade da imagem pronta.

Não se advoga contra os recursos tecnológicos, mas há que se compreender que, se o aluno de outras épocas chegava aos bancos universitários com poucas leituras, isso se devia, muitas vezes, à falta de acesso ao livro, ao passo que o acadêmico de hoje tem o acesso,

as condições e até facilidades, mas não se interessa por um meio menos imediatista que os jogos eletrônicos, filmes e programas, em que se torna mero ouvinte, platéia muda. A leitura exige participação.

Desta feita, novos tempos exigem novos paradigmas, cabendo aos operadores da educação superior oportunizar o contato com textos literários, com doutrinas clássicas, com obras de relevo, aprimorando o pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos; fomentando um espaço dialógico e polissêmico, que estimule a leitura e a reflexão sobre ela. O ato da leitura é complexo, exigindo amadurecimento do leitor, ainda mais quando o texto tem alto padrão e valor estético

A sociedade cria o homem a partir de um modelo preexistente, impondo ideologias, por isso não é neutra, mas plena de significado. Desse modo, não pode a academia deixar o indivíduo à mercê das ideologias dominantes, mas deve oferecer-lhe os meios para compreender o universo no qual se insere. Para Bordini e Aguiar (1993, p. 11-12), é inegável o prestígio conferido ao texto escrito e a desvalorização daqueles que não dominam o código. O livro, detentor por excelência do texto escrito em código verbal, é o mediador do conhecimento e pertence à classe dominante, que veicula apenas a sua versão da realidade. De acordo com as autoras supracitadas, o ser humano busca dar sentido à sua existência e ao mundo que o cerca, e o livro pode ser o veículo para este diálogo, e mais ainda aqueles livros que, por sua abrangência, atingem uma significação mais ampla.

Desse modo, o primeiro aspecto a ser considerado é o da leitura-fruição, tentando provocar no aluno a emoção do belo; para tanto, serão promovidos cotejamentos de textos variados, filmes, dramatizações. A leitura será tomada como espectro de possibilidades a partir da exploração de textos variados (no sentido mais abrangente que a palavra texto possa comportar, significando todo material visual, audiovisual, verbal ou não-verbal). O intuito é desenvolver, reavaliar, aplicar e criar técnicas de motivação da leitura que efetivem a melhora da leitura e da qualidade do leitor.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ESTUDO E TRABALHO

A fim de dar conta dos objetivos a que o projeto se propôs, atacou-se a capacidade de compreensão de textos escritos curtos, chegando-se até os mais longos e finalizando-se com a leitura completa de obras ligadas ao universo jurídico. Para tanto, foram usados os recursos de análise linguística, gramática aplicada e exposição de conceitos jurídicos e idiomáticos fundamentais à compreensão dos textos, trabalhando com acadêmicos de primeiro ano de Direito dos períodos diurno e noturno - por volta de 200 alunos.

Os métodos utilizados são os mais comuns em pesquisa jurídica: o indutivo, o dialético e o sistêmico. Foram utilizados testes de concursos públicos, inicialmente, partindo-se para a leitura do livro de Paulo Freire: "A importância do ato de ler", com destaque para as idéias principais nele contidas. Em seguida, com o conto "A igreja do diabo", de Machado de

Assis, além de diversos excertos de textos interessantes, promoveu-se amplo debate sobre a natureza humana do ponto de vista dos autores dos textos. Seguiu-se a leitura do clássico jurídico "Como nasce o Direito", de Francesco Carnelutti, em consonância com os conteúdos abordados na disciplina de Economia Jurídica. Eram frequentes os debates, a produção de parágrafos de forma individual, em duplas e equipes, o que favorece a troca de idéias e amplia a compreensão a partir da visão do outro, acrescentando-se, neste ponto, a necessidade de exercitar o respeito à diversidade na convivência social necessária.

O passo seguinte, já no segundo bimestre, exigiu uma leitura mais complexa, recheada de termos técnicos e conceitos jurídicos: o livro de Roberto Lyra Filho "O que é Direito". Em sala de aula, após a leitura, realizada pela maioria dos acadêmicos, aliou-se à compreensão básica a exposição de técnicas de resumo e fichamento. Primeiramente, comentou-se em sala a obra como um todo, colhendo-se dúvidas surgidas durante a leitura. Posteriormente, a professora releu com os alunos o capítulo inicial, marcando trechos de destaque e registrando-os no quadro. Para o capítulo segundo, os trechos de destaque foram dados pelos alunos seguindo-se um roteiro oral, do tipo perguntas e respostas, dado pela professora. Para os dois últimos capítulos, os alunos elaboraram o resumo e realizaram o fichamento para estudo da obra. A fim de exercitar o raciocínio lógico e a capacidade de comparação, explorou-se a música "O meu país", cantada por Zé Ramalho, estabelecendo-se relações entre a teoria do direito e sua prática na sociedade brasileira contemporânea. Na ocasião, casos recentes de crime e corrupção foram analisados a partir de noticiários de TV e reportagens do jornal escrito. Diante da superação de muitas das dificuldades iniciais, introduziram-se, no terceiro bimestre, as aulas de teatro e a solicitação de leitura de uma obra de fôlego "A cidade antiga", de Fustel de Coulanges. Em consonância com a disciplina de Ciência Política, foi recomendada a leitura do livro "O povo brasileiro", de Darci Ribeiro, além de termos assistido partes do documentário de mesmo nome, o qual prendeu muito a atenção de todos, gerando reflexão. Nas aulas de teatro, exploram-se a expressão corporal, a concentração, a dicção, a postura, o volume adequado à exposição oral de conteúdos, enfim. Ainda no terceiro bimestre, desenvolveu-se a idéia de um seminário dramatizado, a saber, a junção de teoria e prática, um recurso criado pela professora para que os alunos leiam, escrevam, expliquem e dramatizem capítulos da obra de Coulanges, o que lhes oferece a oportunidade de trabalhar individualmente enquanto leitores e coletivamente, na qualidade de componentes de um grupo que deverá explanar um tema. É obrigatória a pesquisa sobre a situação do Direito na Antiguidade e atualmente, comparando-se práticas sociais e jurídicas; o que lhes exige pesquisa e leitura da legislação e da doutrina, além do que lhes é dado no primeiro ano. Foi frequente a relação estabelecida, pelos próprios alunos, com conteúdos ministrados pelos demais

professores, o que demonstra compreensão, interesse e, sobretudo, aprimoramento da capacidade de leitura e interpretação, bem como habilidade para a abstração. Nesta fase, foram acrescentados recursos tecnológicos para enriquecer as apresentações e evidenciou-se o interesse e a melhoria do nível de leitura

O trabalho, embora tenha sido pensado e parcialmente aplicado em 2006, sofreu mudanças para aprimoramento, e em 2007 encontra-se em curso; mas tanto no ano anterior como agora, tem apresentado excelentes resultados, pois os acadêmicos têm demonstrado interesse, desempenhando seu papel de forma respeitosa e responsável, havendo, inclusive, aumento da média bimestral. Muitos trabalhos deixam claro que houve pesquisa para além do que se pediu como leitura obrigatória, chegando a envolver clássicos da literatura nacional, com a obra "Morte e vida Severina" de João Cabral de Melo Neto, além de músicas e filmes relacionados aos temas trabalhados. Para o quarto bimestre, será explorada a técnica da pesquisa com produção de um trabalho, sendo que cada equipe escolheu um tema ligado ao Direito e já começou a ler e a fichar. Também será feito um júri simulado a partir dos livros de Lon Füher "O caso dos exploradores de cavernas" e "O caso dos denunciadores invejosos".

A universidade e todo o ensino superior não podem se render à dinâmica do mercado e deixar tudo como está; é preciso que o homem retome sua identidade e sua humanidade, e isto se faz pela leitura, pela arte, pelo diálogo e pela qualidade que se busca oferecer e adquirir nos bancos universitários. Observa-se que o acadêmico, desacostumado à leitura frequente, de início apresenta dificuldades, mas adapta-se às exigências das disciplinas. É preciso incentivá-lo e cobrar resultados. Muitos dos nossos acadêmicos podem reclamar de falta de tempo, excesso de trabalho, dificuldades de concentração, mas a prática tem demonstrado a superação de tais obstáculos e ótimos resultados, que revertem em benefício dele mesmo e de sua vida profissional e pessoal. Outro fator preponderante é que o professor seja leitor, sempre em busca de novidades na sua área ou de disposição para resgatar antigas práticas. Somente o professor leitor é capaz de formar leitores. O professor pesquisador incentivará a pesquisa entre seus alunos, pois o acadêmico de hoje é o profissional de amanhã, que trabalhará, no caso do Direito, com nossos litígios e pendências, com nossos direitos e deveres, por isso este acadêmico precisa de uma formação ampla e voltada para o convívio em sociedade. Nesse ponto, houve total apoio dos colegas de trabalho, que exploraram obras clássicas da Filosofia e até da tragédia grega. Entendo que, uma vez no mercado, o bom profissional colhe frutos para si, mas também traz ganhos para a instituição que o formou, pois esta lhe ofereceu o suporte necessário para desenvolvimento de suas potencialidades. Não apenas em Direito este trabalho é possível, mas em todas as áreas, afinal, conhecer da leitura, explorar a oralidade, conviver em sociedade é tarefa de todos nós.

3 ALGUNS ROTEIROS DE TRABALHO

3.1 "COMO NASCE O DIREITO"

No nível universitário, o material lido precisa passar por um processo de registro, que tornará possível sua posterior retomada, daí a necessidade de escrever, anotar, elaborar fichas de resumo sobre o que se lê. Apenas aplicar o questionário pode ser uma prática, mas pode-se ir além: proporcionar com ele a releitura necessária, favorecer uma discussão posterior acerca do que foi perguntado e do que foi respondido, realizar a troca de ideias que levam à reflexão. Embora bastante antigo, o recurso do questionário pode se tornar válido, sobretudo quando se está diante de uma situação de pouco contato com a leitura, como é o caso da maioria dos nossos jovens.

QUESTIONÁRIO

1. O que diferencia o direito dos juristas, de acordo com Carnelutti?
2. Quando estudamos em sala os universos cultural e natural, vimos que o homem convive. É nesse meio social que atua, trava conhecimento com os outros, buscando atender seus anseios. Carnelutti também trata das necessidades humanas, relacionando-as com outro ramo do conhecimento. Que ramo é este? Qual o ponto de encontro entre esta outra ciência e a ciência do Direito?
3. No contexto do capítulo, fala-se do contrato como fenômeno econômico e jurídico: qual o papel dele na sociedade, de acordo com Francesco Carnelutti?
4. Em determinado ponto do capítulo II, o autor cita o filósofo Kant, dizendo que a base da razão moral é a capacidade do homem de agir racionalmente. Assim, a paz social seria obtida quando cada o indivíduo se comportasse com o outro do mesmo modo como gostaria que as outras pessoas se comportassem com ele. Nessa linha estreita-se a relação entre Direito e Moral, e pergunta-se: Direito e Moral confundem-se? Se sim, de que modo? Se não, como estão ligados?
5. Qual o papel da sanção de acordo com Carnelutti? Estaria ela ligada mais à Moral ou mais ao Direito?
6. De acordo com o autor, o delito é resultado dos tempos de guerra ou dos tempos de paz? Por quê?
7. Diferencie sanção penal de sanção civil seguindo os parâmetros dados pelo autor.
8. No livro, o que distingue os delitos dolosos dos culposos? Os omissivos dos comissivos?
9. Em que consistem a prevenção geral e a prevenção especial previstas no ordenamento?
10. O que vem a ser direito objetivo? E direito subjetivo?
11. Como se explica que a propriedade tenha passado de instituto econômico a instituto jurídico, e mais, alçado à qualidade de direito?

12. Explique com suas palavras como Carnelutti desenvolve a idéia de que pela propriedade chegou-se ao direito de crédito, ressaltando a importância deste instituto para o direito.

13. Explique a seguinte assertiva: "Pode-se comparar a economia à terra sobre a qual a ética espalha sua semente; sobre essa terra e dessa semente nasce, cresce e agiganta-se o direito. Por analogia, não há, no complexo ordenamento jurídico, uma vegetação mais luxuriante do que a do contrato".

14. O que é e como deve ser o ler, de acordo com Carnelutti?

15. Existe, para Carnelutti, relação entre o progresso da sociedade e o número de leis criadas para ela?

16. O que vem a ser a "Lei das XII Tábuas"? E o "Código de Hamurabi"?

17. Qual a concepção de juízo defendida pelo autor?

18. Explique a evolução do Estado a partir da célula familiar, ressaltando pontos relevantes desse desenvolvimento histórico explicitados no capítulo VIII do livro

19. Pode-se dizer que a "previsão" de Victor Hugo (1851) realizou-se?

20. Se Estado e Direito se encontram tão intimamente relacionados que um pressupõe a existência do outro, seria correto afirmar que a globalização atual poderia corresponder a um Estado Internacional? Explique de acordo com o seu entendimento do texto.

21. Direito e justiça são a mesma coisa, de acordo com o autor? Explique.

22. "Se o Direito é um instrumento da justiça, nem a técnica nem a ciência bastam para saber manejá-lo. (...) mas qualquer um de nós tem o dever de fazer o quanto puder para alcançar esse objetivo (a justiça)". O que você compreende desta afirmação de Carnelutti?

3.2 "O QUE É DIREITO"

Considerando a complexidade da leitura do livro "O que é Direito", o professor deve retomar alguns conceitos, até mesmo discutir a organização do livro, que pode ser feita oralmente, mas seguindo um roteiro que leve o aluno a compreender a leitura, a assimilar os conteúdos ali veiculados. Um exemplo de questões a serem vistas é o que segue:

1) A organização topográfica proposta pelo autor (colocação de capítulos, itens, seqüência) favoreceu a leitura? Seguiu uma ordem de complexidade? Propôs retomadas de temas citados em capítulos antecedentes ou exigia conhecimento sobre teorias jurídicas? Explique como você realizou a leitura.

2) Existe diferença entre lei e direito?

3) Seria correto afirmar que da lei emana o Direito?

4) Roberto Lyra, autor do livro estudado, afirma na p. 09 que também no Socialismo "surgem leis que carecem de "autenticidade

e adequação" e escapam ao que é "verdadeiro e correto" juridicamente". O que ele quis dizer? Você concorda? Por quê?

5) Gramsci, importante líder marxista italiano, defendia: "a visão dialética precisa alargar o foco do Direito". Qual a abrangência deste posicionamento? Explique o que ele quis dizer.

6) Dentro da temática da ideologia abordada no livro, explique a assertiva: "O 'discurso competente', em que a ciência se corrompe a fim de servir à dominação, mantém ligação inextrincável com o discurso conveniente".

7) Quais os principais modelos de ideologia jurídica citados no início do segundo capítulo? Como se caracterizam? Que autores são citados? Quais as palavras-chave para estes modelos? Há uma subdivisão nesses modelos? Seja abrangente na resposta, mas sem copiar do livro.

3.3 SEMINÁRIO DRAMATIZADO

A leitura do livro "A cidade antiga" foi solicitada com bastante antecedência, mas contando-se com as dificuldades de compreensão e concentração e com a possível resistência à leitura de uma obra de mais de quatrocentas páginas, optou-se por um trabalho em grupo. A fim de deixar claros os objetivos do trabalho e o processo de desenvolvimento, foi dado ao aluno um roteiro com as regras do trabalho a ser desenvolvido. Além disso, as equipes puderam marcar horário para atendimento com a professora, a fim de sanar dúvidas e discutir idéias. O roteiro não foi discutido em sala, mas disponibilizado no sistema aluno *online*. O intuito deste ato foi, justamente, o de promover a leitura, uma leitura que, para o acadêmico, se tornaria fundamental. As perguntas direcionadas à professora deixaram claro quais os problemas mais comuns no campo da compreensão de textos instrucionais, os quais são comuns no cotidiano de todos os indivíduos letrados, da receita de bolo à receita de remédio, passando pelos manuais dos utensílios da casa e os cadastros em *sites*, onde seguir instruções é fundamental. Eis as instruções dadas:

SEMINÁRIO DRAMATIZADO_ORIENTAÇÕES GERAIS

1. O que é?
2. Para que serve?
3. Como deverá ocorrer?
4. Quem participará?
5. Quanto vale?

Caros alunos, penso que alguma(s) pergunta(s) acima ainda possa(m) estar ecoando na cabeça de muitos; assim, aproveito o serviço do aluno *online*, que a instituição oferece, para trazer, por escrito, mais detalhes.

1. O que é?

Um seminário é um trabalho acadêmico que tem como meta a exposição e o debate de assuntos explorados por grupos de estudos

a partir da explanação de cada um dos participantes. Já uma dramatização tem por escopo tornar ou procurar tornar interessantes (curiosos, dramáticos ou comoventes) fatos, situações, problemas, narrativas (HOLANDA, 1998).

A modalidade seminário dramatizado foi desenvolvida pela professora com o objetivo de reunir os dois elementos, portanto, a partir do estudo do grupo, haverá a explicação de um dos conteúdos previamente selecionados, juntamente com a dramatização dos fatos que envolvem o citado conteúdo.

Assim, os grupos estão cientes de que deverão apresentar-se contemplando os dois requisitos.

Para o seminário, considera-se correto que a equipe escolha ou combine alguns dos elementos abaixo:

- a) cartazes;
- b) lâminas de transparência;
- c) eslaides do *power point*;
- d) material fotocopiado;
- e) *banner*;
- f) apostilas;
- g) imagens e textos variados.

Para a parte a ser dramatizada, o grupo deverá atentar para a presença de:

- a) cenário mínimo;
- b) caracterização das personagens;
- c) diálogos claros e compreensíveis;
- d) fala audível para todos os presentes;
- e) obediência aos conteúdos do livro;
- f) relação com a atualidade.

Os alunos podem optar por registrar previamente em material audiovisual seu trabalho, mas este deve obedecer aos mesmos critérios acima, assumindo a equipe a responsabilidade por eventuais problemas técnicos.

Pressupostos mínimos:

- a) leitura do capítulo com o qual se comprometeu;
- b) compreensão suficiente para solidarizar as informações mais relevantes, interessantes, curiosas;
- c) pesquisa em outros materiais como forma de enriquecer sua apresentação, compreensão e repasse para os colegas;
- d) ambos – seminário e dramatização - serem trabalhados, não importando a ordem em que apareçam;
- e) fazer a relação da Antiguidade com a atualidade.

2. Para que serve?

O presente trabalho servirá para:

a) ajudar o aluno a compreender os conteúdos veiculados por diversas fontes de pesquisa;

b) explorar o trabalho em grupo como ferramenta do profissional do Direito;

c) favorecer a oralidade, muito negligenciada no ensino fundamental e médio e essencial para a nossa área;

d) oportunizar situações de postura pública com certa carga de estresse;

e) por meio da discussão em grupo e da elaboração de material a ser repassado aos colegas, aprimorar a prática da pesquisa e da escrita em língua padrão;

f) o aluno se fazer entender oralmente e por escrito;

g) completar o entrosamento entre colegas a partir da base do respeito mútuo, havendo situações de embate, discussão e concórdia a serem resolvidas internamente;

h) gerar um ambiente de parceria responsável, uma vez que todos os conteúdos poderão ser objeto de avaliação escrita posterior.

Enfim, como podem ver, o presente trabalho é um recurso didático muito valioso e que não deve ser negligenciado.

3. Como deverá ocorrer?

Uma vez organizados os grupos, com as devidas datas agendadas, cada equipe terá em torno de 20 minutos para se apresentar (não menos que 10 nem mais que 30 minutos).

Durante a apresentação, a equipe deverá observar os critérios salientados nos itens anteriores, sempre respeitando colegas e professores e tentando ser o mais clara possível nas suas explicações.

O grupo que, por qualquer motivo, não se apresentar no dia e local marcados, sofrerá como sanção a perda total dos pontos do trabalho (4,0, a saber).

Nos casos legais previstos pela instituição para faltas, o grupo deverá encaminhar requerimento escrito e documentado para a professora com, no mínimo, 24 horas de antecedência, solicitando nova data para apresentação.

Caso seja marcada nova data, esta NÃO se prenderá a dias de aula da disciplina ou a dias letivos.

Se apenas um elemento do grupo enquadrar-se numa das situações anteriores (abandono ou falta justificada), deverão os demais integrantes substituí-lo como possível, a fim de não se prejudicarem ou trazerem prejuízo aos colegas.

Ao final da apresentação do seminário dramatizado, os alunos poderão fazer perguntas aos colegas para o esclarecimento de eventuais dúvidas. O fato de o grupo, porventura, não saber responder a alguma questão, não trará prejuízo à equipe.

4. Quem participará?

Participam do evento todos os acadêmicos de primeiro ano de Direito, matutino e noturno, regularmente matriculados no Cesumar.

Os alunos em dependência ou adaptação poderão anexar-se a qualquer grupo ou entrar em contato com a professora para fazerem o trabalho correspondente.

5. Quanto vale?

A apresentação (seminário dramatizado), juntamente com o respectivo resumo, valerá 4,0 (quatro) pontos, sendo 3,0 (três) para o dia do evento (apresentação) e 1,0 (um) para a parte escrita, que deverá estar em conformidade com as regras para trabalhos científicos da instituição disponíveis no *site*. Por isso, todos da equipe devem “falar” no dia e escrever bem o texto!!!

Para a apresentação serão observados: empenho, desenvoltura, domínio do assunto, dicção, clareza na exposição de idéias, recursos utilizados e demais elementos que possam ser explorados pelo grupo para transmitir o conteúdo do seu trabalho.

6. No dia da apresentação, já marcado, a equipe deverá entregar o resumo impresso da parte que lhe coube, incluindo as falas de encenação e detalhes pertinentes da apresentação, indicando a função de cada elemento da equipe. Ao final, deverá ser anexada uma conclusão da equipe. Este trabalho será, em seguida, enviado por e-mail para a professora, no formato de documento do Word e disponibilizado para os colegas no aluno *on line*.

7. Alunos de DP e ADAP deverão procurar a professora para fazerem o respectivo trabalho;

8. Caso ainda restem dúvidas, por favor, entrar em contato com a professora no horário de aula.

Sucesso! Beijo carinhoso, abraço apertado! Profª Judith Bedê
Invoca-me no dia da angústia, e eu te livrarei, e tu me glorificarás” Salmos 50:15 “

3.4 JÚRI SIMULADO

O recurso do júri simulado como técnica de trabalho traz resultados muito alentadores, porque o aluno de Direito vivencia, pelos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, situações em que o Direito é discutido. Pelo fato de ser ligada à sua opção profissional, essa é uma atividade que lhe desperta interesse e para a qual ele já vem motivado. Assim, o roteiro básico de trabalho envolve algumas etapas, a saber:

Pede-se que leiam os livros: “O caso dos exploradores de cavernas” e “O caso dos denunciantes invejosos” de Lon Fúher e reflitam seguindo os passos dados:

APRENDER A VER + APRENDER A INFORMAR-SE

1. Qual a situação?

2. Quais informações são muito importantes e quais dados são secundários?

3. Qual é o problema a ser resolvido?

4. Esquematize todos os elementos do problema.

5. Registre tudo até aqui.

6. Extraia informações de um documento e tome notas de comunicação oral.

APRENDER A SINTETIZAR

7. Estructure a resolução do problema;

8. organize informações sobre o tema;

APRENDER A DEDUZIR (apoiar-se em princípios e deles extrair conseqüências para um fato)

9. Quais conclusões lógicas poderiam ser feitas?

APRENDER A COMUNICAR-SE

10. Conte a história com outras palavras:

a) deixando a situação melhor;

b) deixando a situação pior.

APRENDER A DECIDIR (julgar e estabelecer planos de ação)

APRENDER A AGIR (a partir dos planos, dar vida aos projetos)

APRENDER A REFAZER (fazer ajustes nos planos ou decisões)

Dadas as bases para o raciocínio dos casos, a turma é dividida em equipes:

1. Defesa;

2. Acusação;

3. Magistrados;

4. Jurados;

5. Réus e testemunhas;

6. Dois indivíduos para registro do evento.

Definidas as funções, são discutidas com a turma as condições de uso da palavra, o tempo de intervenção, o devido respeito aos colegas, a forma de votação. Tenta-se seguir, ao máximo, o rito do tribunal do júri, fazendo as adaptações necessárias.

O resultado é uma turma comprometida com a argumentação, lendo teses sobre as obras, buscando soluções em códigos e minúcias do texto escrito que poderão ajudá-los no deslinde da situação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Favorecer a leitura, estimular a oralidade, proporcionar crescimento e emancipação são papéis da escola em todos os níveis, e quando o ensino superior se propõe a resgatar alunos,

buscando soluções para os problemas que o atingem, está-se cumprindo o papel social da educação.

Ainda que os resultados só sejam percebidos a longo prazo, não é recomendável desistir, porque se a leitura é relevante para o acadêmico do curso de Direito, ainda é mais importante para o homem que, convivendo com outros homens, transforma tudo o que o cerca. A percepção estética, o trato com o próximo, as lições de solidariedade, o companheirismo desenvolvido, a responsabilidade cobrada e assumida trarão ao aluno mais que um diploma para o exercício profissional, pois o estudo, a leitura, a pesquisa e a prática do raciocínio lógico são recursos que possibilitarão ao acadêmico acesso a uma formação em humanidades capaz de transformar sua vida e a dos que o cercam. É esse o maior papel da educação: favorecer o pleno desenvolvimento das potencialidades do homem a fim de fazê-lo conviver com outros homens segundo os preceitos de justiça, honradez, dignidade e sabedoria; enfim, fornecer-lhe os meios de acesso aos instrumentos de uma vida feliz.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. A igreja do diabo. In: OBRA COMPLETA de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/diabo.html>> Acesso em: 20 fev. 2007.
- BORDINI, M^a da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura e formação do leitor**: alternativas metodológicas. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- BOSI, Alfredo. Literatura na Era dos Extremos. In: AGUIAR, Flávio. **Estudos em Homenagem a Antônio Cândido**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CARNELUTI, Francesco. **Como nasce o Direito**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Russel, 2004.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 1998.
- FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Guababara Koogan, 2002.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três volumes que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FÜHER, Lon. **O caso dos exploradores de cavernas**. São Paulo: RT, 2005.
- _____. **O caso dos denunciante invejosos**. Tradução de Dimitri Domoulis. São Paulo: RT, 2005.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário eletrônico Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- LIRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, Literatura e escola**: sobre a formação do gosto. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.